



AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA PARA A ATIVIDADE DE INVESTIMENTO

Programas de “vistos Gold” sob avaliação em Portugal e na UE

Transparência Internacional alerta para os riscos inerentes ao programa de “vistos Gold”, o qual pode ser utilizado por corruptos e criminosos. António Costa admite “avaliar essa situação”. Comissão Europeia vai apresentar um relatório até ao final do ano.

GUSTAVO SAMPAIO
gsampaio@jornaleconomico.pt

De acordo com um relatório divulgado na semana passada pela organização Transparência Internacional (TI), o programa de “vistos Gold” em Portugal tem “um maior risco de ser utilizado de forma abusiva por corruptos ou por indivíduos que possam estar a investir o produto de um crime ou a esconder-se da Justiça”, na medida em que carece de “critérios claros” e “requisitos de *due diligence*”.

“Uma pobre gestão operacional e a falta de controlos internos podem incrementar as oportunidades para a corrupção em Portugal, permitindo que agentes públicos peçam subornos em troca de uma conclusão bem-sucedida do processo de aplicação”, sublinha o relatório, in-

titulado como “Escapadela Europeia - Dentro do Obscuro Mundo dos ‘Vistos Gold’” e resultante de uma investigação conjunta da TI com a Global Witness, outra organização não-governamental.

Baseando-se nas conclusões do relatório, a TI recomenda ao Governo português que permita o escrutínio público do processo de atribuição de “vistos Gold” e aumente “a transparência e a responsabilização na gestão do programa”, a par da “informação sobre a Autorização de Residência para a Atividade de Investimento (ARI), incluindo, pelo menos, o número de pedidos recebidos (e os países de origem), os concedidos e os recusados”, publicando informações numa base regular. “O Governo português também deveria considerar publicar os nomes daqueles cuja candidatura foi bem-sucedida”, acrescenta.

“Uma pobre gestão operacional e a falta de controlos internos podem incrementar as oportunidades para a corrupção em Portugal”, salienta o relatório da TI

A investigação em causa incidiu sobre os programas de “vistos Gold” em Chipre, Malta e Portugal, no âmbito da União Europeia, e revela que a Transparência e Integridade (representação da TI em Portugal) pediu acesso à informação sobre os pedidos de ARI às autoridades competentes, para esclarecer dúvidas, mas “as autoridades portuguesas responderam que toda a informação disponível sobre o programa já tinha sido publicada”. A TI salienta também que, desde a última revisão do programa, em 2017, não foram feitos esforços “significativos” para dar resposta aos problemas identificados.

“Os candidatos têm apenas de apresentar uma certidão de registo criminal do país de origem ou, caso já não residam neste, do país onde residiram por mais de um ano. Tal significa que quando o candidato

deixa o seu país após ter sido condenado por um crime, pode facilmente providenciar um certificado do país de residência, de modo a que as autoridades portuguesas não tomem conhecimento do seu registo criminal”, informa o relatório.

Proposta de revogação

No mesmo dia (10 de outubro) em que o relatório foi apresentado em Bruxelas, a Transparência e Integridade entregou aos ministros Adjunto, dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna (além de deputados de todos os grupos parlamentares), em Portugal, um *kit* que visa alertar para os perigos programa de “vistos Gold”. Com o formato de uma mala de viagem, o *kit* é constituído por diversos elementos, entre os quais um passaporte, uma *pen-drive* em formato de chave (referência ao

facto de 95% das ARI atribuídas em Portugal resultarem do investimento imobiliário) e um postal com a seguinte pergunta: "Vistos Dourados: Investimento ou Branqueamento?".

No Parlamento, realizou-se um debate com o primeiro-ministro nesse mesmo dia, tendo a coordenadora do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, questionado António Costa sobre se o Governo estaria disposto a apoiar um projeto de lei para revogar o programa de "vistos Gold". Na resposta, Costa manifestou "disponibilidade para avaliar essa situação", reconhecendo que o mercado imobiliário está hoje "diferente" do que "quando os vistos foram criados", especificamente em Lisboa. "Se me pergunta se as necessidades são hoje as mesmas, não são. E pode haver outros mecanismos que podem ser mais adequados", declarou então o primeiro-ministro.

Desde a criação do programa de ARI, em outubro de 2012, e agosto deste ano, já foram atribuídas 6.498 autorizações de residência, 3.936 das quais a cidadãos chineses, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). De acordo com os dados do SEF, os "vistos Gold" já renderam aos cofres do Estado 3.967 milhões de euros, com cerca de 3.600 milhões a resultarem da aquisição de bens imóveis, e pouco mais de 370 milhões de transferência de capital.

Análise dos esquemas

A Comissão Europeia também vai apresentar um relatório sobre o sistema de "vistos Gold" na União Europeia (UE), até ao final do ano. No dia 15 de outubro, ao intervir na Comissão Especial sobre os Crimes Financeiros e a Elisão e Evasão Fiscais (que funciona no Parlamento Europeu), Monika Mosshammer, responsável pela pasta da Cidadania e Livre Circulação, comprometeu-se a apresentar um relatório de análise aos esquemas de autorizações de residência para investimento.

"Ainda estamos a elaborar um relatório sobre estes esquemas, no qual distinguiremos a cidadania por investimento e a residência por investimento. Estamos a trabalhar com um consultor externo. É um pouco difícil conseguirmos informação, por isso ainda não temos conclusões", afirmou na altura Mosshammer, indicando que a Comissão Europeia está ciente dos riscos - terrorismo, crime, lavagem de dinheiro - que estes sistemas podem acarretar.

No dia seguinte, a comissária europeia da Justiça, Vera Jourova, criticou o sistema. "Estes esquemas são bons para a economia, percebo, mas é injusto para as pessoas que não têm dinheiro para comprar cidadania. E a cidadania é uma coisa tão, tão importante e valiosa que pô-la à venda me parece muito problemático", afirmou. ●